

LDO inova para cumprir "regra de ouro"

RIBAMAR OLIVEIRA

A proposta orçamentária para 2019, que será encaminhada em agosto ao Congresso Nacional pelo governo, terá um volume considerável de despesas obrigatórias com execução condicionada a uma receita de operação de crédito, a ser autorizada por um projeto de lei de crédito especial ou suplementar ao Orçamento, que será proposto no próximo ano pelo presidente da República eleito em outubro.

Dito de uma forma mais direta: despesas obrigatórias (como o pagamento de aposentadorias, por exemplo) só serão pagas no próximo ano se a União conseguir autorização do Congresso para emitir títulos públicos e, desta forma, obter os recursos necessários.

A criação desta nova figura, quase surreal, de "despesa obrigatória condicionada a endividamento futuro" foi a fórmula encontrada pela equipe econômica para cumprir a chamada "regra de ouro" no próximo ano. O projeto de lei de diretrizes orçamentárias (PLDO), que será encaminhado hoje

ou amanhã ao Congresso, terá um artigo permitindo que conste do Orçamento uma despesa condicionada a uma receita de operação de crédito a ser solicitada pelo governo no próximo ano, de acordo com fontes do governo ouvidas pelo Valor.

Despesa obrigatória ficará condicionada a endividamento futuro

Para entender o labirinto em que o governo se meteu, é importante observar uma regra introduzida pela Constituição de 1988. Ela determina que as operações de crédito não podem superar o montante das despesas de capital, que são os gastos com investimentos, inversões financeiras e amortizações da dívida pública. Ou seja, o governo não pode aumentar o seu endividamento para pagar despesas de custeio da máquina administrativa, pagar pessoal, aposentadorias e outras despesas correntes. Este princípio ficou conhecido como "regra de ouro" das finanças públicas.

O problema é que a União

registra déficit primário elevado desde 2014, principalmente pelo descontrole de gastos com a Previdência Social e com os servidores. Em outras palavras, o governo está emitindo títulos, fazendo dívida, para cobrir despesas correntes. A "regra de ouro" só vem sendo cumprida com o uso de artifícios contábeis, como a transferência para o Tesouro do lucro contábil, e fictício, do Banco Central com a valorização das reservas internacionais do país e o pagamento antecipado pelo BNDES dos empréstimos concedidos pela União.

O uso dos artifícios contábeis está cada vez mais limitado. No ano passado, o BC registrou prejuízo (também contábil) com as reservas, pois o real se valorizou frente ao dólar. E a margem para a devolução dos empréstimos pelo BNDES ficará reduzida, com a programação de pagamento antecipado de R\$ 130 bilhões neste ano. A questão que atormenta a área econômica desde meados do ano passado é saber como cumprir a "regra de ouro" sem a ajuda dos recursos vindos do BC e do BNDES.





A solução encontrada está no próprio texto constitucional. Ele permite que o governo realize operações de crédito em montante superior às despesas de capital desde que seja para pagar uma despesa com finalidade específica. Para isso, o governo precisa encaminhar ao Congresso um projeto de lei de crédito suplementar ou especial ao Orçamento, que precisa ser aprovado pelo Legislativo por maioria absoluta.

A dificuldade da área econômica é como incluir na proposta orçamentária de 2019 uma despesa que será custeada por operação de crédito que ainda não foi autorizada pelo Congresso e resultará de um projeto de lei de crédito suplementar ou especial a um Orçamento que ainda não foi aprovado. A solução encontrada, e que foi submetida à avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU), é a LDO autorizar a inclusão dessa despesa condicionada na proposta orçamentária.

O "buraco" da "regra de ouro" a ser fechado no próximo ano é superior a R\$ 200 bilhões, de acordo com fontes ouvidas pelo Valor - ou seja, este é o montante das operações de crédito que está superando as despesas de capital previstas para 2019. Mesmo que fosse possível ao governo cortar todas as despesas discricionárias, ou

seja, aquelas que ele tem liberdade legal para não executar, que incluem o custeio da máquina e os investimentos, ainda assim a medida não seria suficiente para fechar o "buraco". As despesas discricionárias são inferiores a R\$ 130 bilhões.

O pior é que cortar investimentos não resolve o problema da "regra de ouro", pois a medida não reduziria o "buraco" a ser coberto - a Constituição permite realizar operação de crédito para fazer investimento. Assim, o pedido que será enviado ao Congresso no próximo ano pelo presidente eleito será para realizar operações de crédito para pagar despesas correntes obrigatórias.

Ainda não se sabe se o fechamento da "regra de ouro" será feito apenas com o crédito especial ou suplementar. É possível que outras alternativas sejam acionadas. O projeto de LDO não vai detalhar essa questão, o que será feito apenas na proposta orçamentária, de acordo com as fontes ouvidas.

Existem pelo menos três perguntas que podem ser feitas sobre o problema da regra de ouro. A primeira é saber por que o governo chegou ao ponto de não cumprir a regra. A explicação parece estar na estratégia seguida pela equipe

econômica, que adotou um ajuste fiscal gradualista. Diante de uma das piores recessões da história do país, é razoável acreditar que uma política fiscal mais severa, contracionista e menos gradual, poderia ter agravado a crise econômica.

Depois, é preciso perguntar porque o governo não encaminhou, neste ano, um projeto de lei de crédito suplementar ou especial ao Congresso, solicitando a emissão de títulos para pagar, por exemplo, parte das despesas da Previdência. Se tivesse feito isso, o pagamento antecipado pelo BNDES dos empréstimos do Tesouro poderia ter sido deixado para ser usado em 2019. Há informação de bastidor de que essa possibilidade chegou a ser discutida, mas o governo avaliou que o desgaste político seria muito grande.

Uma terceira pergunta é por que o artigo constitucional da "regra de ouro" não foi alterado quando o governo propôs o teto de gasto para a União. Aquele teria sido o momento certo para suspender a aplicação da regra, enquanto durasse o limite para a despesa.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E - m a i l :
ribamar.oliveira@valor.com.br

Guardia quer avançar em mudanças tributárias

Por Fabio Graner e Fábio Pupo
| De Brasília

Ao receber o cargo do antecessor Henrique Meirelles, o novo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, fez um discurso de continuidade da atual política econômica, mas tentou mostrar que não pretende apenas gerenciar o caixa federal até o fim do ano. Além de reforçar a mensagem de compromisso com a disciplina fiscal, o fortalecimento do mercado de capitais e o incentivo à produtividade, ele colocou entre seus temas prioritários a reforma do PIS/Cofins e uma simplificação do ICMS.

O primeiro tema já vinha sido tocado tecnicamente por ele e pela Receita Federal desde o ano passado. Agora, à frente da equipe econômica, Guardia tentou mostrar mais ambição e disse que pretende mexer também na lei complementar 87, que trata do ICMS, um problema que envolve outros 27 atores - os governos estaduais.

"É enorme a complexidade do ICMS. Ele e PIS/Cofins são os maiores impostos hoje", afirmou. "É fundamental que tenhamos a simplificação dessa legislação e uma tentativa de unificar alíquotas do ICMS", disse, explicando que o tema começou recentemente a ser discutido com secretários estaduais de Fazenda.

Segundo o ministro, uma das ideias é simplificar as obrigações acessórias ligadas ao tributo estadual, tentar unificar as 27 legislações existentes e estabelecer uma alíquota interestadual máxima de 4% - que ele mesmo reconheceu como ponto mais difícil de avançar no Congresso.

Guardia afirmou que o governo gostaria de mandar juntas as alterações tanto no ICMS como em PIS/Cofins. "Mas não posso garantir, porque o PIS/Cofins está mais avançado", disse.

Outro tema tratado por Guardia tanto em seu discurso na transmissão de cargo como em sua primeira entrevista à imprensa foi a "regra de

ouro" das contas públicas. Ele defendeu mudanças que façam com que o dispositivo constitucional que impede endividamento para pagar despesas correntes (como salários) tenha regras convergentes com a do teto de gastos, como a vedação de reajustes em salários caso o limite seja rompido.

Guardia afirmou que hoje há um desequilíbrio para o cumprimento da "regra de ouro" e que a norma não dá "flexibilidade" para um ajuste em curto prazo. "Todos nós entendemos que 'regra de ouro' é boa e tem que ser mantida. [Mas] para completar o ajuste, precisa de tempo, e 'regra de ouro' não tem essa flexibilidade", disse. Como esse tipo de mudança demanda emenda constitucional, que não pode ser feita em período de intervenção em um Estado (no caso, o Rio de Janeiro), ele reconheceu que o tema não será tratado para vigorar no ano que vem.

Nesse sentido, Guardia chegou a dar uma mensagem contraditória ao de seu par, o novo ministro do Planejamento, Esteves Colnago - que





sinalizou que o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) já terá uma previsão de crédito suplementar ou especial para cobrir o rombo da regra. O chefe da Fazenda apontou que o tema seria tratado de maneira "evidente" na lei orçamentária, só em agosto. Uma fonte do Planejamento, contudo, reiterou que um comando genérico sobre isso já estará na LDO.

Guardia disse ainda que a tese do crédito especial não é a única solução sendo pensada pela equipe econômica, sem revelar qual seria a alternativa em debate. Ele também sugeriu que o cumprimento da regra deve ser verificado apenas em 2020. "Esse [crédito especial] é um dos caminhos, não o único, para lidar com a "regra de ouro" em 2019. Lembrando que o cumprimento da

regra não se dá no Orçamento, mas no início de 2020, quando for analisada a peça de 2019", afirmou.

No entanto, técnicos do Congresso já elaboraram parecer defendendo que a regra deve ser atendida já no envio do Orçamento - e não só na execução do orçamento em 2019, visão compartilhada pelo Planejamento.

Na cerimônia de transmissão de cargo, o ex-ministro Henrique Meirelles também defendeu uma "modernização" da "regra de ouro" para dar "transparência e solidez" às contas públicas. No evento, o ex-ministro fez um balanço de sua gestão, destacando a saída da recessão e dizendo que a retomada econômica hoje é "forte" e disseminada setorialmente.

‘Não há pressão política aqui’, diz Guardia

Ao assumir o posto, ontem, o novo ministro da Fazenda afirmou que não há pressão para aumento de gastos públicos em ano eleitoral

Adriana Fernandes, Idiana Tomazelli e Eduardo Rodrigues / Brasília

Nomeado contra a vontade dos parlamentares aliados do presidente Michel Temer, o novo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, disse ontem que não há pressão política para aumentar os gastos em ano eleitoral. "Em primeiro lugar não tem nenhuma pressão política aqui", disse Guardia, que na cerimônia de transmissão de cargo e na primeira coletiva como ministro procurou mostrar coesão da equipe econômica depois da saída de Henrique Meirelles do cargo.

Numa demonstração de compromisso com a disciplina fiscal, Guardia anunciou a transferência da secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, para ser a número 2 do Ministério - posto ocupado por ele e que lhe rendeu a fama de ser duro nas negociações com o Congresso, principalmente dos parcelamentos de débitos tributários (Refis).

Ana Paula, que será seu braço direito, também é conhecida por

ser firme no combate de medidas que possam trazer prejuízos para os cofres do governo. Ela continuará presidente do conselho de administração da Caixa Econômica, onde bateu de frente com o comando do banco para evitar a concessão de operações de crédito arriscadas para Estados e municípios em ano de eleições.

A escolha dela foi recebida pelo mercado como um sinal de tentativa de blindagem do ajuste. Ao fazer o anúncio, o novo ministro fez questão de ressaltar que toda a equipe do ministério continua com ele até o fim do governo Temer. O nome de seu substituto no Tesouro não foi anunciado.

Estados. Numa postura mais flexível, o ministro não fechou a porta para transferências da União aos Estados. Mas para isso, ressaltou que será necessário remanejar e tirar recursos de outras áreas. "A alocação de recursos pode ser alterada, mas isso é decisão política e exige disponibilidade orçamentária. O que fazemos é liberar o financeiro em acordo com a meta. É isso que faremos, nem mais, nem menos." Sem o anúncio concreto de medidas, o ministro informou que pretende enviar ao Congresso a proposta de reforma do PIS/Cofins junto com a do ICMS. Para isso, busca um

acordo com os Estados.

Eletrobrás. Embora a privatização da Eletrobrás esteja emperrada na Câmara, Guardia prometeu acelerar a articulação pela aprovação do projeto - prioritário para o governo - ainda no primeiro semestre. Ele lembrou, no entanto, que os R\$ 12 bilhões previstos com a operação estão bloqueados em uma reserva do Orçamento. "Se a operação não acontecer neste ano, não será necessário um ajuste adicional na programação orçamentária."

Guardia também falou de regra da "regra de ouro" do Orçamento, que impede a emissão de títulos da dívida para pagar despesas correntes. Segundo ele, o governo deve solicitar ao Congresso a aprovação de créditos suplementares ou especiais para conseguir cumprir essa regra em 2019.

O crédito é uma exceção prevista na Constituição que abre caminho para bancar esses gastos com ampliação da dívida. No futuro, Guardia ressaltou que será preciso aperfeiçoar a regra. "As medidas autocorretivas do teto de gastos foram aprovadas pela sociedade e representam uma boa saída. Nada mais natural que a regra de ouro use os mesmos mecanismos."

Não tomar gol

Cenário : Adriana Fernandes

A agenda da nova equipe econômica no final de mandato será não tomar gol. Faltando menos de nove meses para o fim do governo, Eduardo Guardia, o novo ministro da Fazenda, vai jogar mais na zaga do que no ataque, tentando barrar as agendas negativas que crescem exponencialmente em período eleitoral. O ataque contras as contas publicas vai continuar e será forte. O grande esforço será não deixar avançar a agenda negativa.

A escolha da secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, é mais uma sinal de que a Fazenda atuará na defensiva para evitar uma piora no ajuste fiscal na reta final do governo. Nesse início, a primeira vitória foi a de reunificar a equipe que estava desgastada com o processo longo de decisão do ex-ministro Henrique Meirelles deixar o cargo, que fragili-zou o time. Por ora, todos ficam.

Guardia sinalizou diálogo com o Congresso para acelerar a privatização da Eletrobrás e anunciou o envio ao Congresso da proposta de reforma do PIS/Cofins com a "novidade" de ir junto com reformulação e simplificação do ICMS. Mesmo que não haja uma mudança mais profunda nas regras tributárias e na alíquota interestadual, as duas propostas são vistas pelo agentes econômicos como missão impossível.

Essa foi a percepção à primeira manifestação pública do novo ministro, que logo na largada teve que lidar com o mal-estar provocado pela sua ausência e dos seus secretários na cerimônia de transmissão de cargo de Esteves Colnago no Ministério do Planejamento.

O ocorrido foi justificado como um erro de comunicação de convites e que há sintonia com o Planejamento.

Decreto que inclui Eletrobrás no plano de desestatização sai hoje

Essa é uma pré-condição para que governo Leve adiante a privatização da estatal; projeto da venda está na Câmara

Anne Warth / Brasília

O novo ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, disse que o governo deve publicar hoje o decreto que inclui a Eletrobrás no Plano Nacional de Desestatização (PND). O decreto, que está pronto há meses, é uma pré-condição para a venda da companhia, cujo projeto de lei está em tramitação na Câmara.

Moreira Franco fez o anúncio durante a cerimônia de transmissão do cargo, no auditório do Ministério de Minas e Energia. Em seu discurso, ele reiterou que a privatização da estatal será sua prioridade na pasta. "A Eletrobrás não capitalizada é um retrato e uma manifestação de atraso. Os

problemas se aprofundarão", disse o ministro, enfatizando que a companhia tem consumido dinheiro público e tem encarecido as contas de luz.

A privatização se dará por meio do aumento do capital social da empresa, que oferecerá novas ações na Bolsa e, com isso, a participação dos atuais acionistas será diluída. De acordo com a proposta, o aumento de capital social poderá ser acompanhado de uma oferta pública secundária de ações da União. Isso significa que o governo pode vender suas ações na empresa e o dinheiro arrecadado vai para os cofres públicos

- e não para o caixa da empresa. Num esforço para combater as notícias de baixas na equipe do ministério após sua nomeação, Moreira Franco disse que a pasta será comandada "no

espírito da continuidade".

Equipe. O ministro disse que os secretários de Energia Elétrica, Fábio Lopes, e de Mineração, Vicente Lôbo, vão permanecer na pasta. Lopes, porém, disse à reportagem que vai deixar o cargo para voltar a trabalhar na Chesf, empresa do grupo Eletrobrás. Lôbo já tinha dito a pessoas próximas que também deixaria o ministério após a saída de Coelho Filho.

O secretário executivo de Moreira Franco será Márcio Félix, que deixa a Secretaria de Petróleo e Gás do MME. Ele ocupa o posto que era de Paulo Pedrosa, que já anunciou sua exoneração. O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Luiz Barroso, também saiu. Já o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético, Eduardo Azevedo, continua.

GOVERNO »

Guardia quer ajuste em limite para dívida

Novo ministro da Fazenda reconhece que, em 2019, será difícil cumprir a regra de ouro, que proíbe tomar empréstimos para cobrir gastos correntes. Proposta de mudança será encaminhada ao Congresso em agosto. Reforma do PIS/Cofins é prioridade

» ROSANA HESSEL

» HAMILTON FERRARI - Especial para o Correio

O novo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, defendeu a convergência do teto de gastos públicos, que limita o crescimento das despesas à variação da inflação, com a regra de ouro do Orçamento, que impede a União de emitir títulos da dívida para cobrir gastos correntes, como salários. Durante cerimônia de transmissão de cargo, ele destacou como prioridades temas espinhosos que precisará negociar com o Congresso Nacional.

Uma das prioridades do ministro será a privatização da Eletrobras, proposta que tem tido dificuldade para tramitar no Legislativo. De acordo com Guardia, o projeto de lei para a desestatização da empresa precisa ser aprovado até junho para que o processo possa ser concluído ainda este ano. Outro tema que receberá atenção especial da nova

gestão da Fazenda é a simplificação das regras do PIS/Cofins e do ICMS.

Segundo o novo ministro, o projeto de lei do PIS/Cofins “está quase pronto” para ser apresentado ao presidente Michel Temer e, em seguida, encaminhado ao Congresso. “Queremos simplificar a tributação e reduzir o custo e o litígio”, afirmou. Guardia avisou, porém, que as mudanças não terão o mesmo efeito para todos os contribuintes. Embora a carga do tributo deva ser mantida em termos agregados, alguns setores passarão a pagar mais, enquanto outros terão a taxa reduzida. “É esse debate que precisamos enfrentar de forma transparente”, disse.

No caso do ICMS, que é cobrado de forma diferenciada nos 27 entes da Federação, a maioria dos estados passa por dificuldades financeiras e, por isso, a negociação pode ser mais complicada. “A regra é simplificar e padronizar os procedimentos e alíquotas entre os estados, mas haverá compensações”, disse Guardia, ao lado da nova secretária executiva da pasta, Ana Paula Vescovi, que respondia pela Secretaria do Tesouro Nacional. O substituto dela no Tesouro ainda não foi definido.

O novo ministro disse ainda que a revisão do contrato de cessão onerosa do pré-sal entre o governo

e a Petrobras é outra prioridade. Segundo especialistas, um acordo poderá ser a salvação da lavoura para as contas públicas, porque pode render até R\$ 80 bilhões para a União. Mas muitos nem contam com um desfecho neste ano. Para Alessandra Ribeiro, da Tendências Consultoria, será muito difícil que o governo consiga emplacar medidas espinhosas no Congresso até o fim do ano, com Copa do Mundo e eleições no meio do caminho. “No máximo, a nova equipe aprovará projetos mais consensuais, como a independência do Banco Central”, avaliou.

O governo tem até amanhã para encaminhar ao Legislativo o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019, com a meta fiscal do próximo ano. A previsão é que lei preveja déficit primário de até R\$ 139 bilhões, repetindo os saldos negativos que se verificam desde 2014. Além disso, Guardia reconheceu que o governo pode não cumprir a regra de ouro em 2019. Por isso, quando enviar ao Congresso a proposta orçamentária do próximo ano, o Executivo deve sugerir um projeto de “convergência” da regra com o teto de gastos.

Saia justa

Dois episódios constrangedores alimentaram os rumores sobre as rugas entre as equipes dos ministérios da Fazenda e do





Planejamento. Ontem, na cerimônia de transmissão de cargo de ministro da Fazenda, o ex-titular do Planejamento Dyogo Oliveira caminhava em direção à mesa para ocupar uma das cadeiras quando ela foi subitamente retirada por um auxiliar. O fato provocou risos.

Na véspera, Guardia não

compareceu à transmissão de cargo de Oliveira para o novo ministro do Planejamento, Esteves Colnago. O titular da Fazenda alegou que “estava dando uma entrevista” e disse que ligou para Colnago para se explicar. “As equipes do Planejamento e da Fazenda estão alinhadas e trabalham muito bem juntas”, garantiu.

Plano de voo

Novo ministro da Fazenda mantém prioridades da gestão de Meirelles



Petróleo/ investimentos

A revisão do contrato de cessão onerosa com a Petrobras também é prioridade. Ela vai permitir um leilão excedente de concessões no pré-sal, assegurando mais investimentos em petróleo e gás.

Crescimento

Apesar do ritmo fraco da economia, a nova equipe econômica não pretende reduzir a previsão de crescimento de 3% do PIB em 2018.

Diretrizes

- Compromisso com a disciplina fiscal;
- Fortalecimento do mercado de capitais;
- Melhoria da produtividade da economia

Reformas

Apesar da dificuldade de aprovação neste ano, a reforma previdenciária continua indispensável.

Estados

O governo vai estimular os estados em crise financeira a entrarem no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que prevê a venda de ativos em troca do refinanciamento de dívidas.

Eletrobras

A privatização da holding do setor elétrico é prioridade para o governo. O ministro defende a venda da estatal ainda no primeiro semestre. A expectativa é arrecadar R\$ 12 bilhões.

Reforma tributária

O governo pretende enviar ao Congresso dois projetos de simplificação tributária — um para o PIS/Cofins, outro para o ICMS. A reforma do PIS/Cofins não deve gerar aumento da carga tributária agregada, mas alguns setores acabarão pagando mais, enquanto outros, menos.

Revisão de benefícios

O ministro defende uma revisão completa da estrutura de benefícios tributários, ainda que não sejam feitas alterações neste ano.

Regra de ouro

O governo deverá solicitar ao Congresso a aprovação de créditos especiais para evitar o descumprimento, em 2019, da regra que impede o governo de se endividar para cobrir gastos correntes.

GOVERNO » Decreto para Eletrobras



Moreira Franco assumiu a pasta de Minas e Energia com a missão de privatizar a estatal. Não fazer isso, diz ele, seria "negligência" com os recursos públicos

Em cerimônia de transferência de cargo, o novo ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, anunciou que o presidente Michel Temer deve publicar hoje um decreto que inclui a Eletrobras no Programa Nacional de Desestatização (PND). Ele disse que deixar de privatizar a estatal seria “negligência” com os recursos públicos. Criticado pelo mercado por assumir a pasta, ele fez questão de afirmar que dará continuidade às políticas adotadas e que a equipe do

ministério se manterá trabalhando e “dando resultados”.

Moreira Franco anunciou também que o secretário de Mineração, Geologia e Transformação Mineral, Vicente Humberto Lôbo Cruz, voltou atrás e não deixará o ministério, como fez o secretário executivo Paulo Pedrosa. A divulgação da saída dele e da chegada de Franco derrubou as ações da Eletrobras em mais de

9% na última sexta-feira. Márcio Félix será o substituto de Pedrosa.

O novo ministro reconhece que será difícil aprovar a privatização da Eletrobras. “Sabemos da dificuldade, mas haveremos de ganhar essa batalha de compreensão (com a sociedade), porque eu sempre acredito que a aritmética é mais forte que a ideologia”, disse. Coelho Filho disse, em seu discurso, que vai para o Congresso lutar pela “agenda” do governo, incluindo a desestatização da empresa.

Ontem, em reunião da comissão especial que analisa o projeto de privatização, o deputado Hugo Motta (PRB-PB), que é presidente da comissão, tentou chegar a um acordo com os parlamentares da oposição, mas não obteve sucesso e a sessão foi suspensa. Motta disse que, se os requerimentos não forem votados, pedirá ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que leve a proposta para o plenário da Casa. Seria necessária a aprovação de um requerimento de urgência no Plenário, com a assinatura de, pelo menos, 257 deputados. (HF)

Após ação do MPF/DF e DPU, Ministério do Planejamento normatiza verificação complementar à autodeclaração de candidatos negros

Vera Batista

Apesar de ser um avanço, portaria publicada no Diário Oficial da União não atende totalmente entendimento do MPF

Foi publicada nessa terça-feira, 10 de abril, no Diário Oficial da União, a Portaria Normativa nº 4, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que regulamenta o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros, para fins de preenchimento das vagas reservadas nos concursos públicos federais no sistema de cotas, nos termos da Lei nº 12.990/2014. Embora não atenda integralmente o

entendimento do Ministério Público Federal no DF (MPF/DF), em especial sua aplicação à administração pública indireta, segundo o procurador da República Felipe Fritz trata-se de importante instrumento para assegurar a efetividade das cotas no curto período de vigência da lei, que é de dez anos.

“É muito grande o número de candidatos brancos que vêm se inscrevendo para concorrer às vagas reservadas a candidatos negros”, explica. O procurador ressalta que, pelos termos da portaria recém-publicada, ainda não está assegurada a realização de verificação da autodeclaração nos certames de seleção para ingresso em empresas públicas e em instituições federais de ensino, onde também é notória a ocorrência de declarações falsas. Segundo o procurador da República, serão tomadas providências em relação a esses casos.

A edição da portaria é resultado de ação civil pública

ajuizada pelo MPF/DF e pela Defensoria Pública da União (DPU) em janeiro de 2016 contra a União e a Fundação Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) para que fossem obrigadas a realizar procedimentos de aferição de ocorrência de falsidade da autodeclaração prestada por candidatos concorrentes às vagas reservadas a negros, previamente à nomeação e posse dos aprovados em todos os seus concursos públicos.

A ação civil pública foi ajuizada por ocasião do concurso regido pelo Edital nº 1 – MP/ENAP, de junho de 2014. O referido concurso previu reserva de 20% das vagas a candidatos negros, cujo acesso seria feito por autodeclaração. Em caso de falsidade, o edital previu hipótese de eliminação do concurso e até de anulação da admissão ao serviço ou emprego público. Porém, não estabeleceu a forma de apuração da falsidade de autodeclaração.





No mesmo ano, a Justiça Federal acatou o pedido do MPF e da DPU para suspender a ação, em razão de compromisso assumido nos autos pelas rés de regulamentar o procedimento de verificação das autodeclarações. Para tanto, foi instituído grupo de trabalho responsável por estabelecer os procedimentos de apuração de falsidade da autodeclaração de candidatos negros, designar os membros das bancas responsáveis pela execução do procedimento de verificação, e também com a finalidade de consultar diversos especialistas, realizar consulta pública e outros expedientes que possibilitassem o debate mais amplo possível sobre a regulamentação.